

<p>Proposta 104_DG</p> <p>Assunto: Relatório e Contas 2022</p>	<p>Despacho do C.A.:</p> <p><i>Aprovado por unanimidade em reunião ordinária do C.A. realizada a 20 de março de 2023.</i></p> <p><i>Remeter p/o Assembleia Geral</i></p> <p><i>10/1/10</i> <i>20/3/2023</i></p>
--	---

Em reunião ordinária realizada a 28 de Fevereiro de 2022 foi aprovada pelo Conselho de Administração a seguinte proposta:

** A difícil conjuntura atual, resultado da saída de uma situação de pandemia e da guerra da Ucrânia, teve um impacto significativo na economia, com reflexos na subida acentuada da taxa de inflação. A inflação e a consequente subida de preços, aliado à perda dos LER's que permitiam receber resíduos provenientes de grandes produtores determinou uma quebra muito significativa nos rendimentos da RSTJ EIM. Da procura no mercado de um contrato que permitisse amortecer o impacto da redução da entrega de resíduos da Ecoleziã resultou o Contrato de Partilha de Infra-estruturas que devido aos timings para emissão de parecer da ERSAR só pode iniciar-se na segunda quinzena de agosto. O presente documento apresenta e representa o esforço da administração na redução de custos na rúbrica dos recursos humanos e FSE. O Relatório de Gestão e das Contas de 2022, apresenta um resultado líquido negativo no montante de 338.746,68 euros, um total de Activo no valor de 16.607.174,75 euros e um Capital Próprio de 3.542.030,97 euros.**

A 16 de Março no âmbito do processo de dissolução e liquidação da RSTJ foi promovida uma reunião onde se verificou que os acionistas da RSTJ e os associados da Resitejo aprovaram nas respectivas Assembleias Gerais o relatório de avaliação do estabelecimento no valor de 2.635.363,09. Assim, torna-se fundamental corrigir a verba prevista no passivo não corrente de modo a contemplar o valor do estabelecimento e verba para liquidação da dívida da Resitejo à AT, no âmbito do processo de execução fiscal número 1996201901012282 instaurado a seis de junho de dois mil e dezanove e previsto no Contrato de cessão de estabelecimento e património na verba duzentos e quarenta e uma.

É assim proposto ao Conselho de Administração a aprovação do Relatório de Gestão e das Contas de 2022 que apresenta um resultado líquido negativo no montante de 338.746,68 euros, um total de Activo no valor de 16.607.174,75 euros e um Capital Próprio de 3.408.874,75 euros.

Face ao exposto e considerando a alínea g) e o) do n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da RSTJ proponho ao conselho de administração:

- a) a aprovação do relatório e contas 2022
- b) remeter o relatório e contas para deliberação da Assembleia Geral assim como o resultado líquido no valor negativo de 338.746,68 euros propondo a sua aplicação para Resultados Transitados.

Eco Parque do Relvão

Carregueira, 20 de Fevereiro de 2023

o Diretor Geral



Joel Nunes Mirquest

[Handwritten signature]

RELATÓRIO E CONTAS



RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

1 - Introdução

Exmos. Acionistas,

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a administração da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A, com sede social em Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Reivão, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2022. O referido documento contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), referencial contabilístico português, publicado a 13 de julho de 2009 através do Decreto-Lei n.º 158/2009 e conforme os modelos de demonstrações financeiras constantes na Portaria nº 220/2015 de 24 de julho.

2 - Enquadramento Económico

A atividade económica registou a partir do segundo trimestre de 2022 uma forte desaceleração, após o período de recuperação da crise pandémica. A evolução recente da economia portuguesa tem sido condicionada pelos efeitos da agressão militar russa à Ucrânia, em particular o aumento da incerteza geopolítica e a crise energética na Europa, que contribuíram para o aumento de custos e preços e para a deterioração da confiança dos agentes económicos.

Num contexto de inflação elevada e estagnação do rendimento disponível real, a resiliência do consumo é explicada pelo desempenho do mercado de trabalho, que se estima numa situação de pleno emprego, pelo impacto das medidas públicas de apoio e pelo recurso às poupanças acumuladas durante a pandemia.

O aumento da entrada de fundos da União Europeia, em particular dos associados ao PRR, deverá contribuir para suportar o investimento empresarial em 2023-25. As características das empresas beneficiárias do PRR, em termos de dimensão, stock de capital, produtividade do trabalho ou pendor exportador, sugerem um impacto relevante dos investimentos cofinanciados.

O investimento desacelerou para 1,3% em 2022, projetando-se crescimentos de 2,9% em 2023 e de 4,9%, em média, em 2024-25. O comportamento é explicado pelo adiamento de projetos num contexto de elevada incerteza, restrições da oferta, de materiais e mão de obra, aumento dos custos de produção, aperto das condições de financiamento e abrandamento da procura.

O comportamento dos principais indicadores económicos apresenta-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

	Principais indicadores económicos (%)					
	2018	2019	2020	2021	2022 ^{1a)}	2023 ^{1a)}
Produto interno bruto (PIB)	2,6	2,2	-8,3	5,5	6,8	1,5
Consumo privado	2,9	2,4	-2,8	4,7	5,9	0,2
Consumo público	0,7	0,7	0,1	4,6	2,0	1,9
Défice (% do PIB)	-0,3	0,1	-5,8	-2,9	-1,8	-0,6
Taxa de desemprego	7,0	6,5	7,0	6,6	5,9	5,9
Taxa de inflação (IPC)	1,0	0,3	0,0	1,3	7,8	6,4

Fontes: INE – Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, Banco de Portugal e Eurostat
Notas: 1a) Previsões OCDE, INE e Banco de Portugal (dez/2022)

O mercado de trabalho manteve um comportamento favorável em 2022, perspetivando-se uma estabilização do emprego e da taxa de desemprego em 2023-25. A taxa de desemprego diminuiu em 2022, para 5,9%, um valor historicamente baixo, estimando-se que o mercado de trabalho se encontre próximo do pleno emprego.

Nas projeções do Euro sistema, o crescimento do PIB na área do euro situa-se em 3,4% em 2022 e reduz-se para 0,5% em 2023, recuperando para cerca de 1,9% em 2024-25. Recorde-se que o impacto da pandemia foi superior em Portugal, traduzindo-se numa queda do PIB mais marcada em 2020 (8,3% vs. 6,2%) e numa recuperação similar em 2021 (5,5% vs. 5,2%). O diferencial positivo de crescimento da economia portuguesa desde 2019 face à área do euro situa-se próximo de 3% e reflete diversos fatores estruturais e conjunturais.

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB devendo atingir 6,8% em 2022 e de 1,5% em 2023, conforme quadro a seguir apresentado (valores em percentagens):



De um modo geral, verificou-se em todos os países da EU um crescimento do PIB, sendo que Espanha atingiu um PIB de 4,7% e a Alemanha atingiu um PIB de 1,8% em 2022. Na zona Euro estima-se que o PIB atinge 3,3%, o que se mostra inferior ao alcançado em Portugal.

Em dezembro de 2022, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento situa-se em 2,5%, enquanto a taxa de juro aplicável à facilidade permanente de cedência de liquidez é 2,75%. Como resposta à subida generalizada da inflação o BCE tem vindo a aumentar as taxas de juro.

Em 2022, a taxa de inflação (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 7,8% (1,3% em 2021), valor mais elevado desde 1992. A variação do indicador de inflação subjacente, medido pelo índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos, foi 5,6% em 2022 (0,8% em 2021).

O comportamento e evolução das taxas de inflação apresentam-se no seguinte quadro (valores em percentagens):

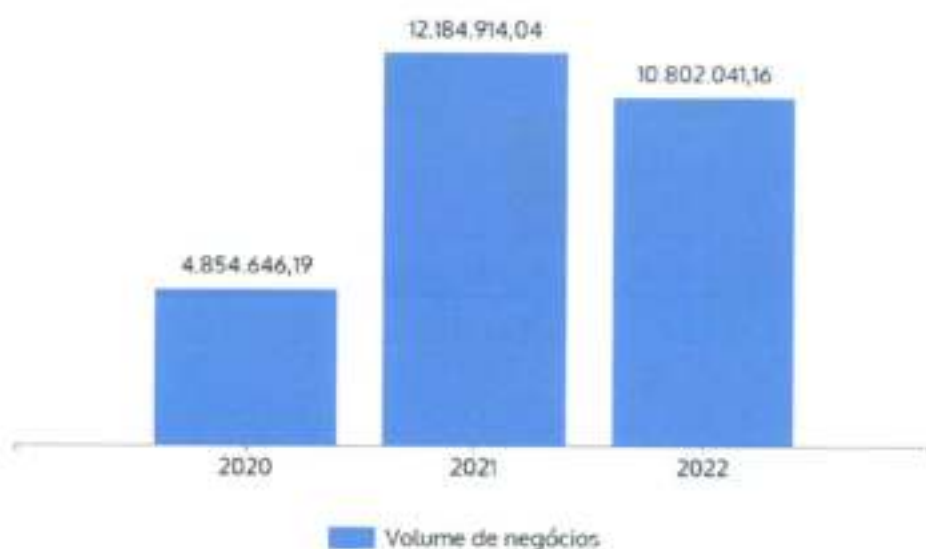


Como notas finais, o crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações. Tais desenvolvimentos ocorrem num quadro de incerteza global, manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2022 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela empresa.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:



Indicadores Financeiros:

Itens	PERÍODO	
	2022	2021
Autonomia financeira	0,21	0,06
Solvabilidade	0,26	0,07
Necessidades financiamento	-964.410,63	-395.860,26

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	2020	2021	2022
Ativo não corrente	8.056.514,05	9.916.693,27	12.838.080,53
<i>Percentagem ativo não corrente</i>	65,02%	71,62%	77,30%
Ativo corrente	4.334.095,09	3.928.794,37	3.769.094,22
<i>Percentagem ativo corrente</i>	34,98%	28,38%	22,70%
Total ativo	12.390.609,14	13.845.487,64	16.607.174,75
Capital Próprio	71.531,76	1.018.804,16	3.408.874,75
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	0,58%	7,36%	20,53%
Passivo não corrente	5.342.419,17	5.048.850,76	5.289.195,52
<i>Percentagem passivo não corrente</i>	43,12%	36,47%	31,85%
Passivo corrente	6.976.658,21	7.777.832,72	7.909.104,48
<i>Percentagem passivo corrente</i>	56,31%	56,16%	47,63%
Total Capital Próprio e Passivo	12.390.609,14	13.845.487,64	16.607.174,75

3.1 - Questões relativas aos trabalhadores

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

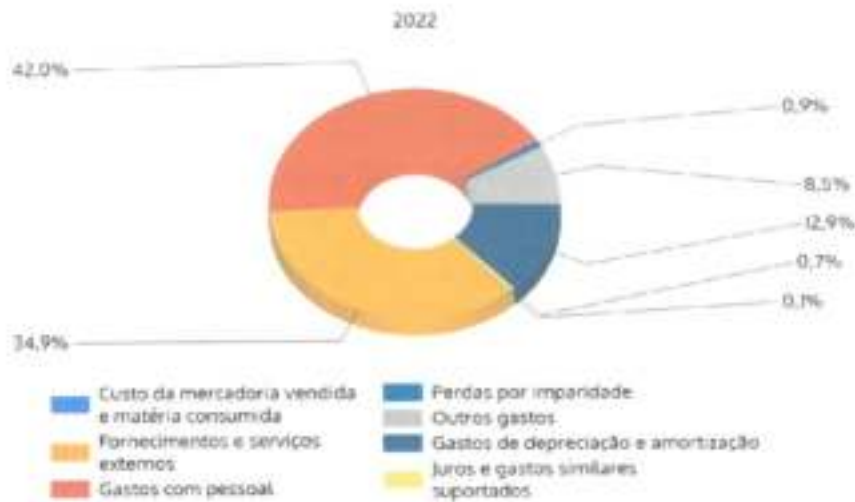
Itens	PERÍODO		
	2020	2021	2022
Gastos com o pessoal	2.140.105,23	5.057.899,83	4.901.118,77
Nº médio de pessoas	283,00	285,00	251,00
Gasto médio por pessoa	7.562,21	17.747,02	19.526,36

3.2 - Investimentos

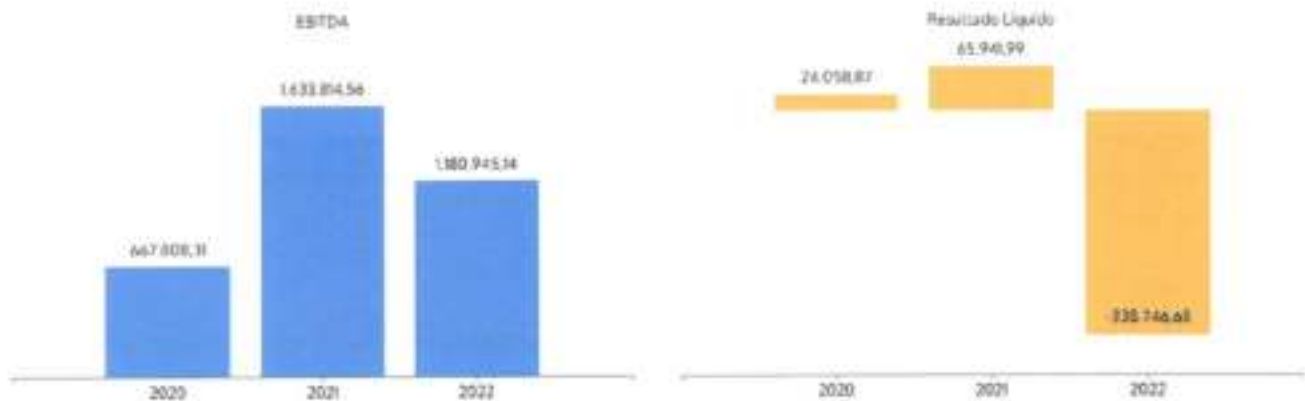
No exercício foram concretizados investimentos em ativos fixos tangíveis no montante de 4.315.293 euros, referentes essencialmente a equipamento básico (209.208 euros) e ativos em curso (4.081.043 euros).

3.3 - Investigação & Desenvolvimento

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. não despendeu qualquer gasto neste tipo de rubricas.



Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido:



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



10. Contraordenação n.º 550/18.2AMB (IGAMAOT)
11. Contraordenação n.º CO/000754/18 (IGAMAOT)
12. Contraordenação n.º DJUR.DCCO.00246.2019 (APA)
13. Contraordenação n.º NUI/CO/00453/19.3CGI (IGAMAOT)
14. Contraordenação n.º NUI/CO/000169/19.0.CGI (IGAMAOT)
15. Contraordenação n.º NUI/CO/000113/19.5.CGI (IGAMAOT)
16. Contraordenação n.º CO/001038/20.7CGI (IGAMAOT)
17. Contraordenação n.º CO/000453/21.3CGI (IGAMAOT)
18. Contraordenação n.º 500.30.001.00011.2019/DSRV (CCDRLVT)
19. Contraordenação n.º 500.30.001.00010.2019/DSRV (CCDRLVT)
20. Contraordenação n.º 500.30.001.00010.2019/DSRV (CCDRLVT)

Liquidação Corretiva da TGR (Taxa de Gestão de Resíduos)

A 29 de junho de 2021 a APA notificou a RSTJ da decisão final relativa à liquidação corretiva da TGR referente aos anos de 2016 a 2019, peticionando o pagamento (quadro abaixo).

A RSTJ apresentou impugnação tributária, à qual foi atribuída efeito suspensivo, o que significa que até decisão da causa os valores não irão ser cobrados coercivamente.

Nessa impugnação, é posta em causa a liquidação levada a cabo pela APA e peticionada a sua anulação na totalidade. O processo corre termos no TAF de Leiria, com o n.º 1329/21.OBELRA (valor: 872.033 euros).

Período	Quantidade depositada em aterro, declarada no MRRU e sujeita a TGR (t)	Quantidade efetivamente depositada em aterro (t)	Diferencial (t)*	diferencial TGT (com juros compensatórios) (euros)
2016	94.216,73	120.707,45	26.490,72	215.568,34
2017	82.678,03	117.616,73	34.938,69	283.474,71
2018	39.534,71	68.689,78	29.155,07	257.921,24
2019	50.067,52	61.690,63	11.623,11	115.068,77

(*): Equivalente aos quantitativos acima dos 10% do total depositado em aterro (D1).

Outros contenciosos:

A. Processo 1673/21.6BELRA

A 16 de setembro de 2021, a RSTJ foi notificada de duas alterações às licenças de gestão de resíduos de que é titular, alterações essas que passam a prever expressamente que a entidade não pode receber resíduos oriundos de grandes produtores.

Por não concordar com tais decisões, a RSTJ impugnou os atos administrativos, através de ação que corre termos no TAF de Leiria, sob o n.º de processo 1673/21.6BELRA.

O Ministério competente já contestou, propugnando pela manutenção das alterações levadas a cabo às licenças de exploração, sendo que a alteração mais relevante se prende com o facto de passar a constar expressamente dos títulos que a RSTJ não pode receber resíduos oriundos de grandes produtores.

B. Processo 750/22.OBELRA

A 12 de agosto de 2022 a RSTJ intentou um processo de consignação em depósito para pagamento de 472.759 euros contra as empresas Ovo Solutions – Soluções Ambientais, S.A., Caixa Leasing e Factoring – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. e Mattiussi Ecologia, SRL, sociedade de responsabilidade limitada constituída sob as leis de Itália, por existirem diversas cedências de crédito com origem num contrato de fornecimento de bens celebrado com a primeira e dívida fundada acerca da entidade a quem o pagamento deveria ser efetuado. Após a apresentação da petição inicial, concretamente a 19 de agosto de 2022, a RSTJ liquidou através de DJC o valor de 472.759 euros, o qual se encontra à ordem do Tribunal.

Sucedeu que na contestação, a Caixa Leasing e Factoring deduziu pedido reconvenicional no valor de 239.303 euros, por entender que o valor em dívida ascende a 712.061 euros. Assim, em caso de procedência do pedido da CGD, poderá a RST vir a ser condenada no pagamento do valor adicional de 239.303 euros.

8 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. no período económico findo em 31 de dezembro de 2022 realizou um resultado líquido negativo de 338.746,68 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Itens	PERÍODO 2022
Resultados Transitados	-338.746,68
Total	-338.746,68

9 - Agradecimentos

A Administração não pode deixar de manifestar o seu agradecimento a todos os que contribuíram para os resultados alcançados no exercício findo, nomeadamente os seus trabalhadores, fornecedores, clientes e instituições financeiras.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

10 - Anexo ao Relatório de Gestão

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Conselho de Administração

Entidade: Município da Chamusca
Representante: Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado
Cargo: Presidente

Entidade: Município do Torres Novas
Representante: Elvira Maria Machado Cruz Sequeira
Cargo: Vogal

Entidade: Município da Golegã
Representante: António Carlos da Costa Camilo
Cargo: Vogal

Fiscal Único:

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Representada por Paulo Dinis Delgado Chaves, ROC nº 1085

Carregueira, 15 de fevereiro de 2023

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	12.631.306,16	9.748.041,41
Ativos intangíveis	6	72.460,98	108.151,51
Outros investimentos financeiros		64.155,63	60.500,35
Ativos por impostos diferidos	11	70.157,76	0,00
		12.838.080,53	9.916.693,27
Ativo corrente			
Inventários	9	4.721,20	14.312,35
Clientes	12	1.945.095,21	2.950.757,39
Estado e outros entes públicos	11	56.389,05	139.989,72
Outros créditos a receber	12	614.221,97	452.896,38
Diferimentos	12	63.718,85	103.273,14
Caixa e depósitos bancários	4	1.084.947,94	267.555,39
		3.769.094,22	3.928.794,37
	Total do ativo	16.607.174,75	13.845.487,64
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito		50.000,00	50.000,00
Reservas legais	12	5.450,28	2.153,18
Resultados transitados	12	-51.132,75	19.378,58
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	12	3.743.303,90	881.330,41
Resultado líquido do período	12	-338.746,68	65.941,99
	Total do capital próprio	3.408.874,75	1.018.804,16
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	2.348.571,73	2.283.577,49
Outras dívidas a pagar	12	2.940.623,79	2.765.273,27
		5.289.195,52	5.048.850,76
Passivo corrente			
Fornecedores	12	2.927.098,49	3.199.891,37
Estado e outros entes públicos	11	280.206,37	280.338,30
Financiamentos obtidos	8	2.194.287,92	2.017.654,51
Outras dívidas a pagar	12	2.507.511,70	2.279.948,54
		7.909.104,48	7.777.832,72
	Total do passivo	13.198.300,00	12.826.683,48
	Total do capital próprio e do passivo	16.607.174,75	13.845.487,64

**Demonstração de Resultados por natureza
do período findo em 31-12-2022
(montantes em EURO)**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	10	10.802.041,16	12.184.914,04
Subsídios à exploração		16.669,03	12.507,69
Variação nos inventários de produção	9	-9.591,15	-1.065,15
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-10.701,68	-60.460,82
Fornecimentos e serviços externos	15	-4.073.984,29	-4.500.026,49
Gastos com o pessoal	5,13	-4.901.118,77	-5.057.899,83
Impandade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	-104.382,49	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		-5.246,17	999,86
Outros rendimentos	10	454.546,32	242.069,29
Outros gastos	15	-987.386,82	-1.187.224,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.180.945,14	1.633.814,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-1.504.858,73	-1.418.651,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-323.913,59	215.162,90
Juros e gastos similares suportados	8	-84.259,66	-119.517,72
Resultado antes de impostos		-408.183,25	95.645,18
Imposto sobre o rendimento do período	11	69.436,57	-29.703,19
Resultado líquido do período		-338.746,68	65.941,99

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	12	13.239.910,09	14.016.376,48
Pagamentos a fornecedores		6.337.484,94	5.242.295,20
Pagamentos ao pessoal	13	4.960.664,40	5.102.666,56
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>1.941.760,75</u>	<u>3.671.414,72</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-19.517,07	-10.970,79
Outros recebimentos/pagamentos		180.426,27	189.713,21
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<u>2.102.669,95</u>	<u>3.850.157,14</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	7	4.315.292,80	3.166.301,81
Ativos intangíveis	6	36.900,15	105.293,12
Investimentos financeiros		0,00	7.618,25
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	250,00
Subsídios ao investimento		2.909.557,56	12.507,69
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		<u>-1.442.635,39</u>	<u>-3.266.455,49</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	8	1.149.811,25	1.201.213,81
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	8	908.183,60	1.642.787,94
Juros e gastos similares	8	84.269,66	119.517,72
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		<u>157.357,99</u>	<u>-561.091,85</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>817.392,55</u>	<u>22.609,80</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		267.555,39	244.945,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4	<u>1.084.947,94</u>

**Demonstração da Alteração dos Capitais Próprios
do período findo em 31-12-2022
(montantes em EURO)**

DESCRIÇÃO	Mês	31-12-2022										Total	alterações que não controlam	Total de Capital Próprio				
		Capital Substituído	Ajustamentos / provisões	Outras alterações de capital próprio	Prémios de participação	Reserva legal	Outras reservas	Reservas Transf. Transf.	Exercícios de reestruturação	Ajustamentos / provisões	Reservas Transf. Transf.				Total			
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	50.000,00				2.133,18										1.028.804,18	1.028.804,18	
Outras alterações relacionadas ao capital próprio																		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7					2.287,10											2.728.817,27	2.728.817,27
RESULTADO INTERIMIAL	8					2.287,10											2.728.817,27	2.728.817,27
OPERAÇÕES COM DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL NO PERÍODO	9																2.280.070,59	2.280.070,59
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	10	50.000,00				3.600,28											2.408.874,75	2.408.874,75
Outras alterações relacionadas ao capital próprio																		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	50.000,00				2.133,18											1.028.804,18	1.028.804,18
Outras alterações relacionadas ao capital próprio																		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2					2.133,18											881.300,41	881.300,41
RESULTADO INTERIMIAL	3					2.133,18											881.300,41	881.300,41
OPERAÇÕES COM DISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL NO PERÍODO	4																967.272,40	967.272,40
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	5	50.000,00				2.133,18											1.028.804,18	1.028.804,18

Administração
Peeter Jany

Contabilista Certificado
[Assinatura]
Registo 131772

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.

Sede social: Rua Ferro de Engomar, Eco Parque do Relvão

Natureza da atividade: Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos.

O capital atual da sociedade ascende a 50.000,00 euros.

A empresa encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o número 515332607.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Empresa ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2022.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

A estrutura conceptual do SNC tem por base as seguintes bases de mensuração: custo histórico, custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor, as quais são aplicadas de forma diferenciada no momento inicial e nos períodos subsequentes. De salientar, no entanto, que o normativo subjacente ao SNC permite diversas bases, tais como: custo histórico, custo corrente, valor realizável líquido, valor presente (ou atual), valor recuperável, valor de uso, custo amortizado, custo presumido, justo valor e valor de mercado.

As demonstrações financeiras da empresa, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A empresa optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

3.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

Valores a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à fase de acabamento relativamente aos serviços prestados.

Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação aprovadas para os períodos em que se prevê que venham a reverter as diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis).

Os ativos por impostos diferidos são unicamente registados quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir os montantes dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

A empresa encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez. Em resultado da manutenção de dívida a taxa variável no seu Balanço e dos consequentes fluxos de caixa de pagamento de juros, a entidade está exposta ao risco de taxa de juro.

A empresa apresenta um nível imaterial de exposição a risco de taxa de câmbio, nem se encontra exposta a outros riscos relevantes.

O risco de crédito na entidade resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes, relacionados com a atividade operacional e do seu relacionamento com instituições financeiras, no decurso normal da sua atividade, sendo que a empresa tem adotado a determinação criteriosa de limites de crédito adequados ao perfil do cliente e da própria natureza da atividade, evitando a excessiva concentração de crédito e, consequentemente minimizando a sua exposição àquele risco. Outra das atitudes tomadas prende-se com uma regular monitorização das contas de clientes, bem como o recurso atempado às vias legalmente necessárias para recuperação de créditos.

A empresa gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

3.4 - Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela sociedade, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela sociedade e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela sociedade é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela sociedade o resultado, reportado pela sociedade, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo

alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

A sociedade encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros de acordo com a lei portuguesa. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção da sociedade de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

4 - Fluxos de caixa

4.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - Desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	5,00	1.584.004,56	1.583.746,97	262,59
Depósitos à ordem	267.550,39	21.629.394,79	20.812.259,83	1.084.685,35
Total	267.555,39	23.213.399,35	22396.006,80	1.084.947,94

4.2 - Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

5 - Partes relacionadas

5.1 - Identificação das partes relacionadas

5.1.1 - Identificar se existem participações entre entidades

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., é uma entidade constituída por 10 municípios (Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha).

5.1.2 - Remunerações do pessoal chave da gestão

No decorrer do exercício não foram atribuídas remunerações aos órgãos.

6 - Ativos Intangíveis

6.1 - Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil.

Ativos Intangíveis - movimentos do período:

Descrição	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	TOTAL
Valor bruto no início	19.183,97	80.538,69	0,00	92.088,66	191.811,32
Amortizações acumuladas	8.528,49	54.427,02	0,00	30.704,30	83.659,81
Saldo no início do período	10.655,48	26.111,67	0,00	71.384,36	108.151,31
Variações do período	-6.221,11	-980,87	0,00	-28.888,55	-35.890,53
Aquisições em primeira mão	0,00	36.900,15	0,00	0,00	36.900,15
Total de aumentos	0,00	36.900,15	0,00	0,00	36.900,15
Amortizações do período	6.221,11	37.481,02	0,00	28.888,55	72.590,68
Total de diminuições	6.221,11	37.481,02	0,00	28.888,55	72.590,68
Saldo no final do período	4.434,37	25.530,80	0,00	42.495,81	72.460,98

Ativos Intangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (2021):

Descrição	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	TOTAL
Valor bruto no início	13.933,97	51.095,57	21.488,66	86.518,20
Amortizações acumuladas	2.610,40	12.055,18	4.096,32	18.761,90
Saldo no início do período	11.323,57	39.040,39	17.392,34	67.756,30
Variações do período	-688,09	-12.828,72	63.982,02	40.385,21
Aquisições em primeira mão	5.250,00	29.443,12	70.600,00	105.293,12
Total de aumentos	5.250,00	29.443,12	70.600,00	105.293,12
Amortizações do período	5.918,09	42.371,84	16.607,98	64.897,91
Total de diminuições	5.918,09	42.371,84	16.607,98	64.897,91
Saldo no final do período	10.655,48	26.111,67	71.384,36	108.151,31

7 - Ativos fixos tangíveis

7.1 - Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na nota 3.2.

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
Valor bruto no início	375.090,31	5.428.990,33	1.981.902,06	1.166.566,65	46.727,78	230.200,20	2.477.547,66	11.707.024,99
Depreciações acumuladas	0,00	760.758,30	570.329,63	465.884,80	22.365,16	139.645,69	0,00	1.958.983,58
Saldo no início do período	375.090,31	4.668.232,03	1.411.572,43	700.681,85	24.362,62	90.554,51	2.477.547,66	8.748.041,41
Variações do período	0,00	2.846.823,80	446.838,94	-285.058,40	-7.672,28	-80.905,74	-86.561,57	2.885.284,75
Total de aumentos	0,00	3.473.831,86	910.501,00	0,00	6.033,41	11.488,00	4.081.043,39	4.315.292,80
Aquisições em primeira mão	0,00	7.700,00	209.208,00	0,00	6.033,41	11.488,00	4.081.043,39	4.315.292,80
Total de diminuições	0,00	627.008,08	463.882,14	285.038,40	13.705,69	42.393,74	0,00	1.432.028,05
Depreciações do período	0,00	627.008,08	463.882,14	285.038,40	13.705,69	42.393,74	0,00	1.432.028,05
Transferências de AFT	0,00	3.466.131,88	701.473,08	0,00	0,00	0,00	-4.167.604,96	0,00
Saldo no fim do período	375.090,31	7.013.053,83	1.858.191,37	415.643,45	16.890,34	99.648,77	2.390.986,09	12.631.306,34
Valor bruto no fim do período	375.090,31	8.902.822,21	2.892.403,14	1.166.566,65	52.762,19	241.688,20	2.390.986,09	16.022.317,79
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	1.887.768,38	1.034.211,77	750.923,20	36.070,85	182.038,43	0,00	3.391.011,63

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período - Quadro Comparativo (2021):

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
Valor bruto no início	375.090,31	5.428.990,33	1.400.259,22	779.600,33	35.934,48	226.670,93	295.840,88	8.542.386,48
Depreciações acumuladas	0,00	223.776,36	188.862,67	126.514,31	6.767,36	79.590,27	0,00	605.510,97
Saldo no início do período	375.090,31	5.205.213,97	1.211.396,55	653.086,02	29.167,12	147.080,66	295.840,88	7.936.875,51
Variações do período	0,00	-536.981,94	180.175,88	47.393,83	-4.804,50	-68.326,15	2.181.706,78	1.811.165,90
Total de aumentos	0,00	0,00	564.899,36	386.966,32	11.091,46	3.991,03	2.199.634,78	3.166.582,95
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00	564.736,77	386.966,32	10.952,07	3.971,87	2.199.634,78	3.166.301,81
Outros aumentos	0,00	0,00	162,59	0,00	99,39	19,16	0,00	281,14
Total de diminuições	0,00	536.981,94	402.651,48	339.370,49	15.895,96	60.517,18	0,00	1.355.417,05
Depreciações do período	0,00	536.981,94	401.629,55	339.370,49	15.697,19	60.074,58	0,00	1.353.755,75
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	198,77	442,60	0,00	641,37
Abates	0,00	0,00	1.021,93	0,00	0,00	0,00	0,00	1.021,93
Transferências de AFT	0,00	0,00	17.928,00	0,00	0,00	0,00	-17.928,00	0,00
Saldo no fim do período	375.090,31	4.668.232,03	1.411.572,43	700.681,85	34.362,62	90.554,51	2.477.547,66	8.748.041,41
Valor bruto no fim do período	375.090,31	5.428.990,33	1.981.902,06	1.166.566,65	46.727,78	230.200,20	2.477.547,66	11.707.024,99
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	760.758,30	570.329,63	465.884,80	22.365,16	139.645,69	0,00	1.958.983,58

8 - Custos de empréstimos obtidos

8.1 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período. No ano de 2022 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 84.269,66 euros.

Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total de custos anuais empréstimos obtidos	Juros suportados anuais empréstimos obtidos
Empréstimos genéricos	3.088.941,94	1.453.817,71	84.269,66	84.269,66
Instituições de crédito e sociedades financeiras	1.875.264,23	1.453.817,71	84.269,66	84.269,66
Outros financiadores	1.213.677,71	0,00	0,00	0,00
Total dos Empréstimos	3.088.941,94	1.453.817,71	84.269,66	84.269,66

8.2 - Outras divulgações

Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e gastos similares suportados	84.269,66	119.517,72
Juros de financiamentos suportados	84.269,66	119.517,72
Juros de empréstimos bancários	55.749,56	96.978,45
Outros juros de financiamentos suportados	27.520,10	22.539,27

9 - Inventários

9.1 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários são inicialmente reconhecidos pelo seu custo de aquisição ou de produção, o qual inclui os custos de compra, de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local atual e na sua condição. Subsequentemente, são mensurados e apresentados pelo mais baixo entre o custo histórico e o valor realizável líquido.

O método do custeio usado é o da fórmula do custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

9.2 - Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Inventários - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Mat. Primas e Subsíd.	Total Período	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
Compras	10.701,68	10.701,68	60.460,82	60.460,82
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10.701,68	10.701,68	60.460,82	60.460,82

9.3 - Apuramento da variação de produção e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Inventários de produção - movimentos e informações adicionais:

Descrição	Produtos Acabados e Intermediários	Total Período	Produtos Acabados e Intermediários Período Anterior	Total Período Anterior
Inventários finais	4.721,20	4.721,20	14.312,35	14.312,35
Inventários iniciais	14.312,35	14.312,35	15.377,50	15.377,50
Variação de produção	-9.591,15	-9.591,15	-1.065,15	-1.065,15

10 - Rédito

10.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

10.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	3.220.062,46	3.439.298,76
Prestação de serviços	7.581.978,70	8.745.615,28
Outros réditos	461.724,20	242.069,29
Total	11.263.765,36	12.426.983,33

10.3 - Outros Rendimentos

Itens	PERÍODO	
	2021	2022
Outros rendimentos	242.069,29	454.646,32
Rendimentos suplementares	49.637,33	41.643,86
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	70.054,62	70.404,00
Correções relativas a exercícios anteriores		32.111,51
Excesso da estimativa para impostos	2.051,88	18.623,65
Imputação de subsídios para investimentos	101.761,93	238.146,77
Outros	18.563,53	53.716,53

11 - Impostos e contribuições

11.1 - Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis) e indicação da base pela qual a taxa(s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou

b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Impostos - componentes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	-408.183,25	95.645,18
Imposto corrente	0,00	29.703,19
Imposto diferido	-70.157,76	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	-69.436,57	29.703,19
Tributações autónomas	721,19	692,93
Taxa efetiva de imposto	0,00	31,06

11.2 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	18.796,00	721,19	0,00	24.633,19
Pagamentos por conta	18.796,00	0,00	0,00	29.703,19
Pagamentos normais	18.796,00	0,00	0,00	29.703,19
Imposto estimado	0,00	721,19	0,00	29.703,19
IRC a receber / pagar	0,00	0,00	0,00	24.633,19
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	39.493,15	0,00	41.960,34
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	28.785,34	150.047,26	131.182,01	0,00
Contribuições para a Segurança Social	0,00	89.951,33	0,00	89.927,15
Tributos das autarquias locais	0,00	30,42	0,00	30,42
Outras tributações	8.807,71	0,00	8.807,71	123.787,40
Total	56.389,05	280.243,35	139.989,72	280.338,30

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social.

A Administração da entidade entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a entidade encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Administração



Contabilista Certificado



12 - Instrumentos financeiros

12.1 - Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Os instrumentos financeiros detidos pela Empresa encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação:

Descrição	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos financeiros:	2.663.699,67	-104.382,49
Clientes	2.049.477,70	-104.382,49
Outras contas a receber	614.221,97	0,00
Passivos financeiros:	12.918.093,63	0,00
Fornecedores	2.927.098,49	0,00
Financiamentos obtidos	4.542.859,65	0,00
Outras contas a pagar	5.448.135,49	0,00
Ganhos e perdas líquidos:	-137.148,76	0,00
De ativos financeiros	-109.628,66	0,00
De passivos financeiros	-27.520,10	0,00
Rendimentos e gastos de juros:	-56.749,56	0,00
De passivos financeiros	-56.749,56	0,00

12.2 - Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo Inicial	Créditos	Saldo Final
Capital	50.000,00	0,00	50.000,00
Reservas	2.153,18	3.297,10	5.450,28
Reservas legais	2.153,18	3.297,10	5.450,28
Resultados transitados	19.378,58	-70.511,33	-51.132,75
Outras variações nos capitais próprios	881.330,41	2.861.973,49	3.743.303,90
Subsídios	881.330,41	2.861.973,49	3.743.303,90
Total	952.862,17	2.794.759,26	3.747.621,43

13 - Benefícios dos empregados

13.1 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

A 31 de dezembro de 2022 o número de colaboradores ao serviço da empresa foi de 251. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	4.901.118,77	5.057.899,83
Remunerações do pessoal	3.532.564,20	3.700.224,21
Indemnizações	0,00	242,21
Encargos sobre as remunerações	788.169,63	811.483,61
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	335.471,59	306.734,44
Outros gastos com o pessoal	244.913,35	239.215,36

14 - Divulgações exigidas por diplomas legais

14.1 - Informação por atividade económica

Informação por CAE:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
CAE	38212	
Vendas	3.220.062,46	3.220.062,46
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	3.220.062,46	3.220.062,46
Prestações de serviços	7.581.978,70	7.581.978,70
Compras	10.701,68	10.701,68
Fornecimentos e serviços externos	4.073.984,29	4.073.984,29
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10.701,68	10.701,68
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	10.701,68	10.701,68
Variação nos inventários de produção	-9.591,15	-9.591,15
Gastos com o pessoal	4.901.118,77	4.901.118,77
Remunerações	3.532.564,20	3.532.564,20
Outros gastos	1.368.554,57	1.368.554,57
Valor líquido final	12.631.306,16	12.631.306,16
Total das aquisições	4.401.854,37	4.401.854,37
(das quais edifícios e outras construções)	3.473.831,88	3.473.831,88

14.2 - Informação por mercado geográfico

Informação por mercado:

Descrição	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Total
Vendas	3.220.062,46	0,00	3.220.062,46
Prestações de serviços	7.581.978,70	0,00	7.581.978,70
Compras	10.701,68	0,00	10.701,68
Fornecimentos e serviços externos	4.045.017,98	28.966,31	4.073.984,29
Aquisições de ativos fixos tangíveis	4.401.854,37	0,00	4.401.854,37
Aquisições de ativos intangíveis	36.900,15	0,00	36.900,15
Rendimentos suplementares:	41.643,86	0,00	41.643,86
Outros rendimentos suplementares	41.643,86	0,00	41.643,86

15 - Outras informações

15.1 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	218.236,10	548.337,34
Serviços especializados	1.856.959,20	1.681.076,29
Trabalhos especializados	169.660,65	250.836,28
Publicidade e propaganda	32.656,21	71.537,33
Vigilância e segurança	82.296,00	82.296,00
Honorários	57.637,50	61.735,00
Conservação e reparação	1.484.023,56	1.183.151,06
Outros	30.685,28	31.520,62
Materials	169.696,45	174.947,95
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	160.961,20	160.289,15
Material de escritório	8.600,25	14.658,80
Artigos para oferta	135,00	0,00
Energia e fluidos	1.270.402,76	1.586.430,88
Electricidade	142.517,78	390.851,46
Combustíveis	1.109.255,30	1.146.553,32
Água	6.309,28	11.924,82
Outros	12.320,40	37.101,28
Deslocações, estadas e transportes	9.478,82	10.061,00
Deslocações e estadas	9.478,82	8.921,00
Transportes de mercadorias	0,00	1.140,00

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Serviços diversos	549.210,96	499.173,03
Rendas e alugueres	272.493,00	261.714,42
Comunicação	29.595,35	29.125,25
Seguros	184.733,23	143.501,66
Contencioso e notariado	701,62	2.781,65
Limpeza, higiene e conforto	61.687,76	62.050,05
Total	4.073.984,29	4.500.026,49

15.2 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A, no período económico findo em 31 de dezembro de 2022 realizou um resultado líquido negativo de 338.746,68 euros, propondo a sua aplicação da seguinte forma:

Resultados Transitados 338.746,68 euros

15.3 - Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão de Contas ascendem a 11.880,00 euros (sem IVA), não tendo sido faturados quaisquer outros trabalhos.

15.4 - Outros Gastos

Itens	PERÍODO	
	2021	2022
Outros gastos	1.187.224,03	987.386,82
Impostos	1.120.202,10	932.660,30
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	1.282,78	0,00
Correções de exercícios anteriores	6.600,00	623,39
Donativos	5.690,00	6.566,67
Quotizações	12.626,00	12.626,00
Outros	40.823,15	34.910,46

15.5 - Benefícios provenientes de Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI II)

Período a que respeita o benefício	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para o período seguinte
2021	173.011,07	0,00	0,00	173.011,07
Totais	173.011,07	0,00	0,00	173.011,07

15.6 - Imputação de subsídios

Na determinação do justo valor dos ativos fixos tangíveis, não foram considerados os subsídios ao investimento, dado que na avaliação patrimonial realizada, os avaliadores independentes, na determinação do valor do uso dos bens móveis tomaram em consideração o seguinte:

- (i) valor indicativo dos capitais próprios da Resitejo; e
- (ii) (ii) avaliação efetuada por perito independente relativamente ao justo valor dos bens imóveis.

Ou seja, não existe sustentação metodológica para a inclusão dos subsídios ao investimento na avaliação pelo valor de uso do ativo fixo tangível, para efeito de dar cumprimento ao regime dos preços de transferência, nomeadamente, ao disposto na alínea b), do nº 3, do artigo 63º do Código de IRC, no âmbito da transferência da atividade. O procedimento descrito vai de encontro ao estabelecido na International Accounting Standard (IAS) 20 - Accounting for Government Grants and Disclosure of Government Assistance, a qual prevê a possibilidade dos subsídios ao investimento, serem contabilizados como dedução ao valor do ativo que se destinam a subsidiar ou como rendimento diferido.

Enquanto na Resitejo, conforme divulgação no anexo às demonstrações financeiras, os procedimentos e práticas de reconhecimento dos subsídios e da respetiva contabilização eram os seguintes: "Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Associação cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos. Em termos de contabilização, os subsídios do Governo relacionados com resultados serão registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Os subsídios do Governo relacionados com ativos são inicialmente contabilizados no Capital Próprio e, subsequentemente, imputados a rendimentos durante a vida útil do ativo caso sejam ativos depreciáveis ou amortizáveis, ou, mantidos no Capital Próprio caso esses ativos não sejam depreciáveis ou não amortizáveis."

Esses procedimentos decorrem da aplicação da NCRF 22 – Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo, nomeadamente o disposto nos parágrafos 22 a 24.

Assim, entendemos divulgar, no quadro seguinte, a informação financeira dos subsídios ao investimento por reconhecer, desde a data de transferência dos ativos pela Resitejo, como se tal operação não tivesse ocorrido.

Ativo	Valor aquisição	Depreciações acumuladas do período 2022	Depreciações do período 2022	Subsídio a reconhecer em 31-12-2021	Rendimento a ser reconhecido no período 2022	Subsídio a reconhecer
Edifícios e outras construções/	5.639.632,39	3.492.043,74	397.876,24	2.094.240,98	291.655,32	1.802.585,66
Equipamento básico	15.294.612,50	15.226.311,08	958.207,44	609.558,24	554.917,11	54.641,14
Equipamento transporte	1.025.801,08	964.396,84	205.218,88	85.017,75	21.254,44	63.763,31
Ativos intangíveis	144.558,25	144.558,25	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	22.104.604,22	19.827.308,91	1.561.302,56	2.788.816,98	867.826,87	1.920.990,11

16 - Acontecimentos após a data de balanço

16.1 - Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;
A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.
Os acionistas da empresa detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 - Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da
RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.
Chamusca

Em cumprimento do disposto no artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora assim como o nosso Parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentados pela Administração e relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No desempenho das funções de Fiscal Único acompanhámos a atividade da vossa Empresa através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Administração quer pelos Serviços. Por outro lado, vigiámos a observância das disposições legais, efetuámos as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisámos a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, procedemos à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Administração, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Sociedade.

Elaborámos o Relatório de auditoria e a Certificação Legal das Contas decorrente do exame efetuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Administração deve ser aprovado;
2. As Contas apresentadas pela Administração devem ser aprovadas;
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração deve ser aprovada.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2023

FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085
Registado na CMVM com o n.º 20160697



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 16.607.175 euros e um total de capital próprio de 3.408.875 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 338.747 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

A Entidade não constituiu provisões ambientais, relacionadas com a monitorização ambiental e encerramento das células de deposição de resíduos, pelo facto não existirem elementos que possibilitem a sua mensuração.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a execução orçamental de exploração e investimentos

Dando cumprimento do artigo 25º, nº 6 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e do artigo 25º, nº 1 dos Estatutos, somos de parecer que a execução orçamental de exploração e investimentos, são coerentes com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2023

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085
Registado na CMVM com o n.º 20160697